



Revista
ECONOMIA & TECNOLOGIA

ISSN 2238-4715 [impresso]
ISSN 2238-1988 [on-line]

Análise Mensal

Nº 28 - Abril de 2014

**Tendências Macroeconômicas
para 2014 II**

**Gasto público e retorno
econômico**

Análise Mensal

Nº 28 - Abril de 2014

EDITORES

João Basílio Pereima Neto
Fernando Motta Correia
Alexandre Alves Porsse

COORDENAÇÃO EXECUTIVA

Luiz Carlos Ribeiro Neduziak

EQUIPE TÉCNICA

Manuele Merki (Pós-Doutorado PPGDE)
Felipe Gomes Madruga
Pedro Américo Vieira
Dênis da Silva Júnior
Nayara de Oliveira Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

REITOR

Zaki Akel Sobrinho

DIRETOR DO SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Ana Paula Mussi Cherobim

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

João Basílio Pereima Neto

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (PPGDE/UFPR)

Fernando Motta Correia



Esta e outras edições da **Análise Mensal** estão disponíveis para download
em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>



Revista ECONOMIA & TECNOLOGIA

ISSN 2238-4715 [impresso]
ISSN 2238-1988 [on-line]

APRESENTAÇÃO

A **Análise Mensal** é uma publicação realizada pela equipe técnica da Revista Economia & Tecnologia (RET), é divulgada toda última semana de cada mês e está disponível para download no endereço:

<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br>.

O objetivo da **Análise Mensal** é tratar de dois temas relevantes de conjuntura macroeconômica que estejam em evidência nas agendas nacional e internacional. Todo o conteúdo é debatido e escrito coletivamente pela equipe técnica da RET, sendo que as opiniões emitidas são de responsabilidade dos Editores.

O artigo **Tendências Macroeconômicas para 2014 II** faz uma leitura do desempenho da economia brasileira no primeiro trimestre de 2014 e projeta os próximos 12 meses. As projeções apontam para um declínio da atividade econômica até setembro de 2014 e a partir de então uma retomada. A inflação, embora com expectativas mais altas em relação ao início do ano, poderá cair, como resultado da política monetária implementada pelo Banco Central nos últimos meses. O artigo apresenta três diferentes cenários de previsão para avaliar o comportamento de algumas das principais variáveis macroeconômicas nacionais caso o governo adote determinadas medidas econômicas. Os cenários introduzem um choque de preços monitorados de 5%aa e um aumento do superávit fiscal para 3,5% do PIB.

O segundo artigo, intitulado **Gasto público e retorno econômico**, analisa a eficiência dos gastos públicos no Brasil em contribuir para o aumento da renda per capita ou produtividade. Os gastos totais do setor público no Brasil, em que pese a recente redução da desigualdade, não tem produzido um aumento na renda per capita na mesma intensidade que outros países, de forma que os avanços sociais conquistados na última década podem encontrar doravante restrições por parte na política fiscal e limitações na falta de impactos na produtividade, medida agregadamente em termos de renda per capita.

Boa Leitura!

João Basilio Pereima

Editor-Chefe (e-mail: ret@ufpr.br)



Tendências Macroeconômicas para 2014 II

O desempenho da economia brasileira nos últimos três meses piorou em relação ao início do ano de 2014 ao evoluir para um quadro de mais baixo crescimento econômico combinado com uma expectativa de inflação mais alta. No entanto estimativas para os próximos meses apontam para queda da inflação. O Banco Central está a 8 meses implementando uma política monetária contracionista para combater uma inflação que ameaça romper a meta. Isso não evitou ainda um retrocesso das expectativas de inflação para os próximos 12 meses. Como pode ser visto na tabela 1, as expectativas de IPCA e crescimento pioraram em relação ao que se esperava no início do ano, na direção do que já prevíamos na [Análise Mensal nº25 – Jan/2014](#).

Além da inflação alta e crescimento baixo, o setor externo deteriorou-se por conta de uma política irresponsável de valorização cambial que ocorreu ainda antes da crise e que agora cobra seu preço na forma de com um altíssimo déficit em transações correntes, o qual exige mais elevação de juros para atrair capital estrangeiro especulativo em volume suficiente para financiar o déficit externo real (transações correntes). O quadro macroeconômico atual é preocupante, mais ainda se considerada a leniência de um ano eleitoral em que as atenções estão voltadas para as articulações políticas e que o próprio governo não quer assumir os encargos e riscos de uma mudança na condução da política macroeconômica, com o objetivo de não desagradar ninguém, nem lado A, nem lado B, C ou D. Ao administrar a vantagem eleitoral, tentando empurrar com a barriga os ajustes necessários na economia, o governo colhe uma deterioração progressiva da economia ao não fazer uma mudança mais estrutural.

Do ponto de vista eleitoral, há uma corrida contra o tempo entre manter a política econômica atual com deterioração macroeconômica progressiva (inflação, crescimento e setor externo) e administrar a vantagem eleitoral que advém do passado e de programas sociais, mas que está em decréscimo. Guardadas as diferenças estruturais de cada período, é uma situação semelhante ao que fez Fernando Henrique Cardoso em 1998, quando postergou os ajustes do esgotamento do Plano Real para 1999 e colheu um crise cambial de grande dimensão que culminou em altíssimas taxas de juros e explosão da dívida interna. Por interesse eleitoreiro medidas econômicas necessárias estão sendo adiadas nova-

mente. Quando este país vai aprender com a história?

Tabela 1 – Expectativa de Mercado para 2014 em 03/01/2014 e 17/04/2014

	03/01/2014	17/04/2014	Humor do mercado
IPCA (%)	5,97	6,51	☹
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,45	2,45	=
Selic (%aa)	10,50	11,25	☹
DLSP (% do PIB)	35,00	34,80	😊
PIB (%aa)	1,95	1,63	☹
Produção Industrial (%aa)	2,20	1,40	☹
Conta Corrente (US\$ bilhões)	-71,30	-77,05	☹
Balança Comercial (US\$ bilhões)	8,00	3,02	☹
IED (US\$ bilhões)	60,81	60,00	=
Preços Administrados (%aa)	4,00	4,70	☹

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Focus.

No intuito de avaliar a trajetória macroeconômica do Brasil em relação às condições vigentes no início de 2014, realizamos uma projeção 12 meses à frente para as variáveis macroeconômicas e comparamos os resultados com as previsões realizadas em janeiro de 2014, divulgadas na [Análise Mensal nº25 – Jan/2014](#). As projeções são realizadas utilizando um modelo de previsão com metodologia VAR/VEC a partir de séries de frequência mensal que cobre o período de janeiro/2004 à março/2014, num total de 123 observações. São realizadas projeções da trajetória das quatro variáveis endógenas do modelo, em periodicidade mensal: *IPCA*, *Selic*, *IBC¹* e o *câmbio*, em três cenários. As variáveis exógenas incluem, índice de preços de commodities, rendimento do setor privado, índice de confiança do consumidor, resultado primário do governo, preços monitorados e taxa de juros internacional. Os resultados são mostrados no gráfico 1 e na tabela 1, ao final.

Três cenários para 2014

Uma vez que a economia está sujeita a um número infindável de choques de diferentes magnitudes, a fim de avaliar a tendência da economia brasileira, são realizados três cenários distintos para os próximos 12 meses. O **cenário 1 (azul)** projeta a tendência atual em curso, sem novos choques nas variáveis exógenas e reflete, portanto, o curso da economia se ela seguir o ritmo atual de aumento médio de 2%aa no salário real, inflação de monitorados de 2%aa, indi-

1 IBC – Índice de atividade econômica do Banco Central do Brasil.

ce de confiança do consumidor estável em 135, juros americanos de curto prazo de 0,5%aa e inflação nas commodities de 2,5%aa, e resultado primário em torno de 2% do PIB.

O cenário 2 (vermelho) avalia o impacto de um ajuste maior dos preços monitorados e projeta qual a resposta da economia à uma recomposição da defasagem observada nos preços administrados cuja redução tem sido usada pelo governo como forma de obter um IPCA cheio mais baixo na média. O cenário considera que aumento no preço de combustível e energia elétrica e transporte urbano aumentarão os preços dos monitorados em 5%aa ao invés dos 2%aa observados nos últimos meses.

O cenário 3 (verde), por fim, projeta o efeito de uma mudança na condução da política fiscal, quando o governo, cedendo à pressões generalizadas e como forma de estabilizar a dívida pública total que agora incorpora um montante de maior de juros, passaria a perseguir e realizar uma meta de superávit primário de 3,5%aa, ao invés dos atuais 2%. A deterioração fiscal do governo é um fato indiscutível e o cenário procura captar os efeitos de um esforço por parte do governo em minimizar o problema, não de resolvê-lo em sua totalidade.

Como pode ser observado no gráfico 1 e na tabela 1, os choques não mudam a tendência geral da economia, embora alterem o nível em que as variáveis projetadas podem atingir daqui 12 meses. A tendência geral, expressa pela linha azul, é de que doravante haja uma queda da inflação, basicamente como resultado do aperto monetário conduzido pelo Banco Central nos nove aumentos sequenciais da taxa de juros. No entanto a taxa de juros, de acordo com os cenários tendem a continuar elevada por conta da deterioração externa. O país tem atualmente aproximadamente -US\$ 80 bilhões de déficit em transações correntes e para financiar este déficit depende de atrair capital financeiro especulativo, o que por sua vez requer taxa de juros elevada. É basicamente este imenso déficit estrutural do setor externo que continuará pressionando o câmbio, cujas projeções apontam para a possibilidade de chegar à R\$/US\$ 2,80 e fechar 12 meses à frente em R\$/US\$ 2,70. O valor pode parecer um tanto alto se comparado com as expectativas atuais, mas não é de todo impossível que a taxa de câmbio caminhe em sua direção nos próximos meses. O déficit do setor externo é preocupante e a tendência ascendente do câmbio dos últimos meses tem mostrado isso. Por fim, as projeções sinalizam uma piora do nível de atividade econômica nos próximos meses com uma melhora somente a partir de setembro de 2014. A melhoria decorreria da queda da inflação e da desvalorização cambial, com algum efeito demanda positivo que compensaria o efeito negativo da política monetária ainda com juros altos, e até mesmo compensaria o efeito da política fiscal contracionista (cenário vermelho).

Gráfico 1 – Cenários para IPCA, IBC, Selic e Câmbio

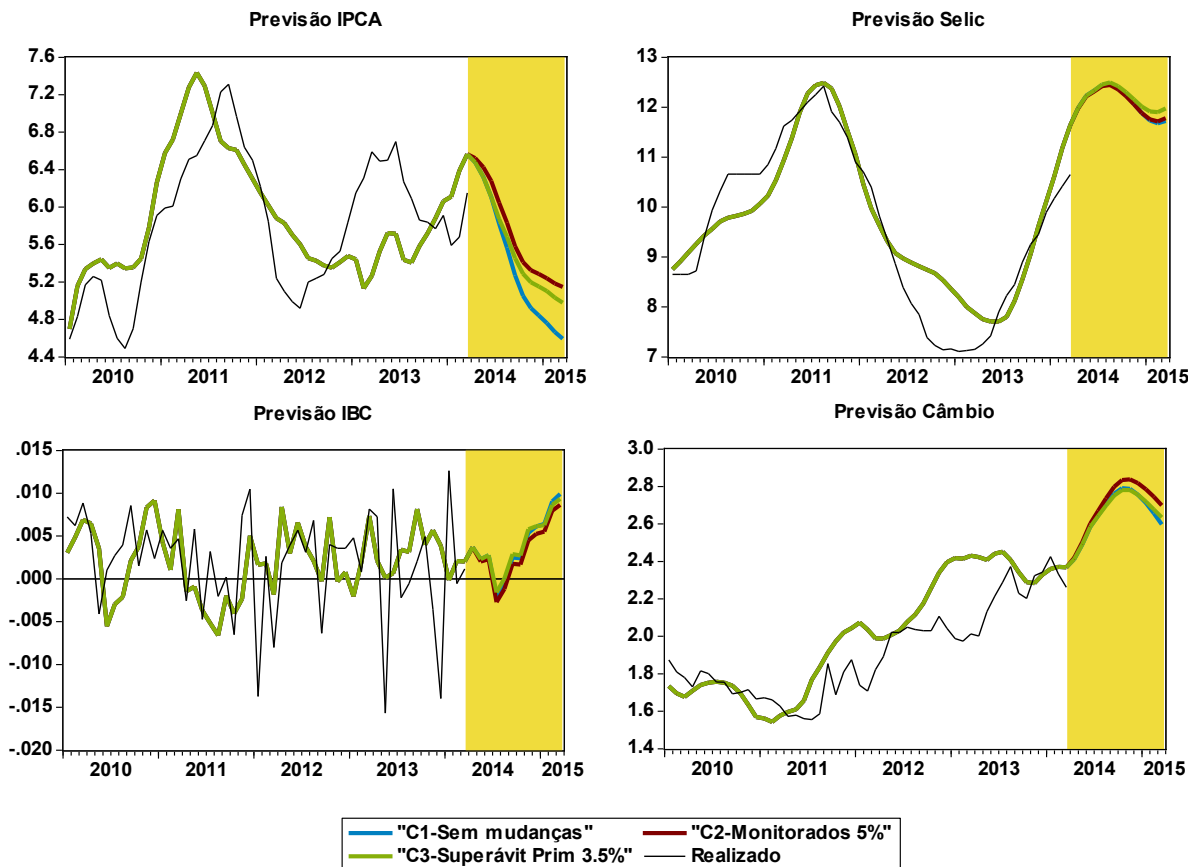


Tabela 2 – Expectativas e Projeções 12 meses à frente – até 2015m03

	Previsão		Previsão Hoje p/ 2015m3 Acum		
	Análise Mensal em 30/01/2014 ⁽¹⁾	Previsão Focus 17/04/2014 ⁽¹⁾	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
IPCA (%)	6,50	6,51	4,60	5,18	5,00
Selic (%aa)	10,00	11,25	11,72	11,80	12,00
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	2,78	2,45	2,60	2,70	2,63
PIB (%aa)		1,63	-	-	-
Produção Industrial (%aa)		1,40	-	-	-
IBC (% acum 12m)	0,3	-	4,86	400	5,00

(1) Previsão para 2014m12. Os cenários mostram resultados previstos acumulados em 12 meses, contados a partir de abril/2014 inclusive, portanto até 2015m03.



Gasto público e retorno econômico

O aumento contínuo dos gastos totais do governo nos últimos anos, simultaneamente à uma baixa taxa de crescimento da renda ou produto, tem suscitado questionamentos à cerca da capacidade do governo em promover ao mesmo tempo o aumento do bem estar social e o estímulo ao crescimento econômico e produtividade. A política fiscal que aumentou os gastos sociais ao longo da década de 2000, especialmente no Governo Lula e Dilma, parece encontrar limites e esbarra no esgotamento do ciclo de crescimento puxado pela demanda e na capacidade fiscal do Estado brasileiro em continuar expandindo os programas sociais.

O que se questiona em muitos casos é se o perfil e a composição dos gastos públicos estão saindo do controle do governo a ponto de comprometer a solidez do ambiente macroeconômico e as conquistas sociais obtidas na última década.

As políticas de transferências de renda da última década melhoraram as condições de vida de muitos brasileiros, tirando-os da pobreza e ao mesmo oferecendo-lhes maiores oportunidades de emprego, criados pelo ciclo de crescimento 2004-2010, cujos efeitos defasados ainda podem ser sentidos, apesar de quase três anos de baixo crescimento, desde 2011.

Do ponto de vista da geração atual existe um interesse em manter alto o nível de despesas pública, com parte considerável do orçamento dedicado a programas de distribuição de renda, programas sociais em geral, benefícios previdenciários, além dos demais gastos correntes. Numa perspectiva intertemporal, a geração atual tem manifestado um comportamento que os economistas chamam de egoísmo geracional. Ao pressionar o governo para aumentar gastos em geral, mesmo à custa de maior endividamento, a geração atual clama por mais benefícios no presente repassando o custo fiscal para as futuras gerações. É fato que o Brasil apresenta indicadores de distribuição de renda, educacionais e outros de desenvolvimento social que estão entre os piores do mundo, apesar de ser a 6ª maior economia do planeta e que em função disso os programas públicos com objetivo social tem a função de realizar um resgate histórico de uma população alijada dos frutos do desenvolvimento econômico.

Esta pressão histórica e popular, que clama por resultados imediatos, combinada com uma grave disfunção no sistema político e na gestão dos recursos financeiros intermediados pelo Estado, tem levado o país a aumentar seus gastos totais e ao mesmo tempo a dívida pública interna, sem colher em troca um aumento da renda per capita, da produtividade e do bem estar alcançado em outros países. Não estamos afirmando que não houve progressos sociais nos últimos 15 anos. Houve e foram significativos. No entanto o nível de gastos sociais que o Estado brasileiro atingiu, não é compatível com os resultados sociais e econômicos observados em várias outras economias. Além disto, a situação financeira do Estado está caminhando para um regime de estagnação do crescimento e do desenvolvimento social combinado com alto grau de endividamento, que poderá agravar a situação macroeconômica do país num futuro não muito distante. As próprias conquistas sociais podem ser ameaçadas pela deterioração fiscal.

Através de uma comparação internacional dos gastos e dívidas pública com indicadores sociais, mostrada adiante, concluímos que os gastos públicos do Brasil chegaram a um nível de rendimento decrescente, o que sinaliza que doravante o governo deve restringir gastos públicos para não sacrificar as conquistas do passado no que diz respeito ao ambiente macroeconômico e às conquistas já obtidas em termos de desenvolvimento social.

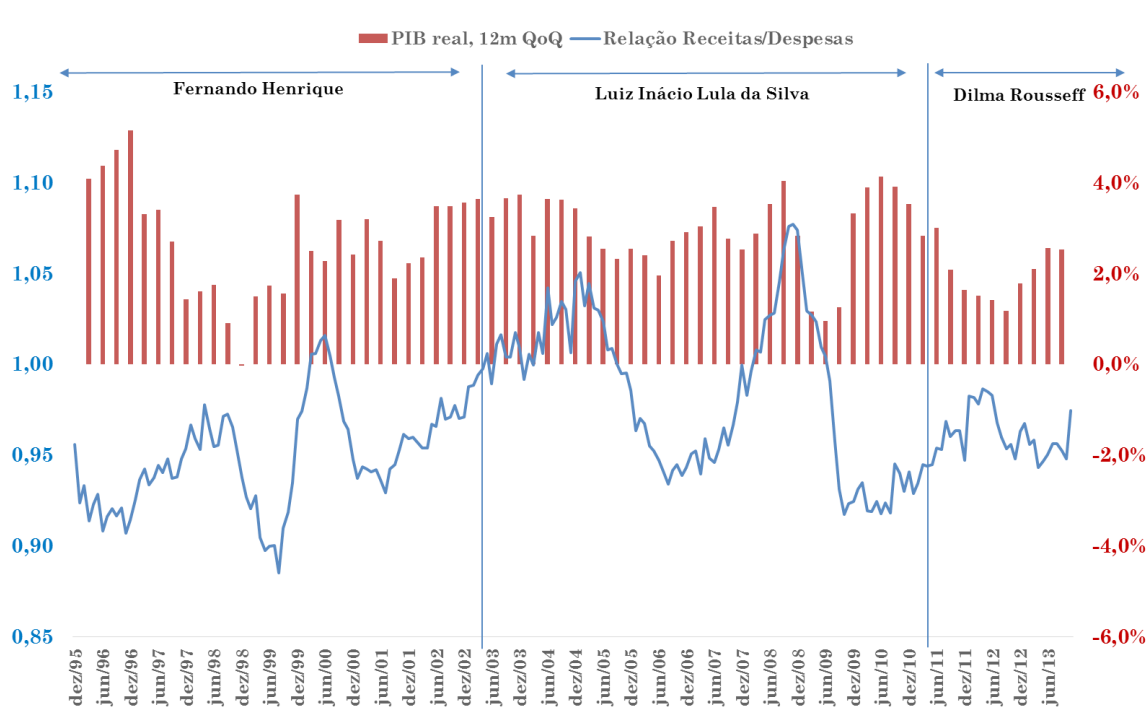
Com a última crise das finanças públicas na Europa (2011-2014), a discussão sobre o tamanho do governo voltou para a agenda econômica e política. Uma elevada dívida pública aumenta o risco de inadimplência e por conta disso, aumenta o prêmio de risco e ao fim a taxa de juro requerida para o financiamento do Estado e sua dívida pública, prejudicando o orçamento temporal do setor público. A política fiscal geralmente apresenta uma dinâmica cíclica, quando as receitas tipicamente crescem em períodos de expansão econômica e diminuem em períodos de contração, como atualmente. As despesas porém resultam de escolhas discricionárias e geralmente se comportam de maneira contra-cíclica tendendo aumentar nos momentos de recessão. Uma situação fiscal deteriorada pode surgir quando o governo não usa os períodos de crescimento para diminuir a dívida e a restrição da política fiscal. Neste caso a margem de manobra da política fiscal pode ficar muito restrita exatamente no momento (durante uma estagnação) em que seu acionamento se faz necessário. Um país que não consegue gerar um superávit e amortizar a sua dívida necessita financiar os juros da dívida do passado através de novos créditos, acumulando assim um endividamento cada vez maior, e correndo o risco de cair em um círculo vicioso até a insolvência.

Desde o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) de 2000 o Brasil obteve superávits primários sistemáticos ao longo dos anos, embora tenha apresentado resultados nominais, após o pagamento de juros, negativo. Os re-

sultados não foram suficientes para reduzir significativamente a dívida interna.

Desde 1996 o Brasil passou por três períodos de superávit (gráfico 1). Um período curto durante o governo FHC e dois durante o governo Lula. Os períodos de superávit (relação Receita/Despesa maior do que 1, **linha azul**) coincidiram com períodos de forte crescimento econômico, com exceção de 1995/96. Períodos de expansão econômica tipicamente incrementam o caixa do Tesouro e por isso facilitam alcançar um bom resultado orçamentário. No período de 1999 até 2008 a política fiscal comportou-se de forma contra cíclica, com aumento do superávit num momento de crescimento. Infelizmente estes períodos não foram utilizados para diminuir a dívida total interna, restringindo a margem da manobra atual, num momento de baixo crescimento.

Gráfico 1: Relação despesas / receitas (acumulado dos últimos 12 meses)



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Fazenda, IBGE.

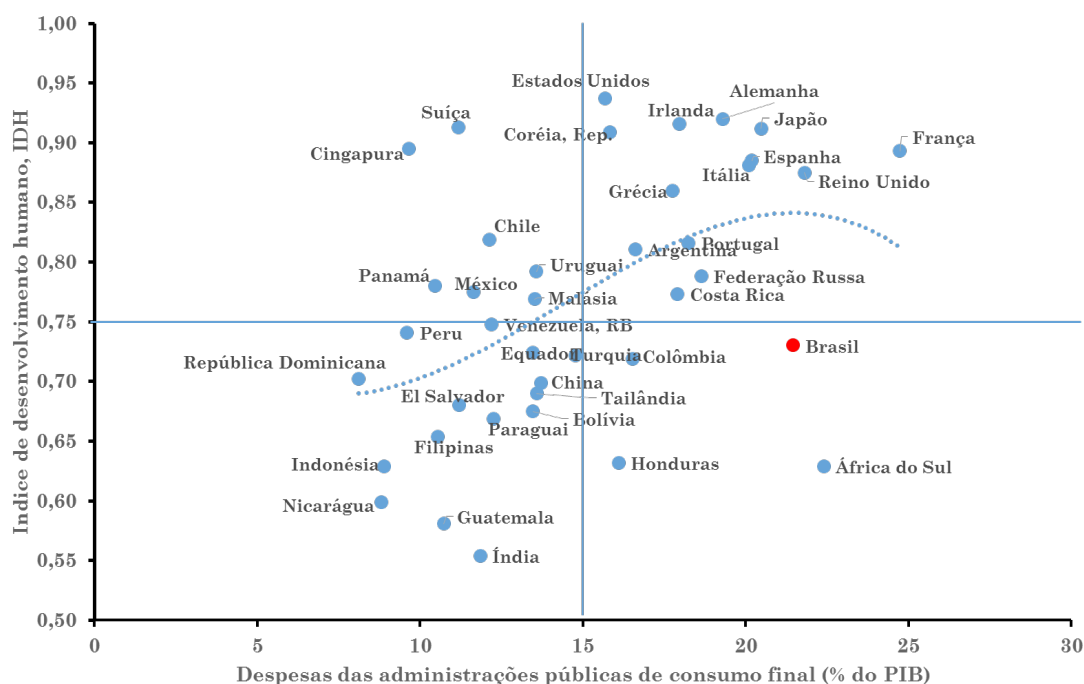
A justificativa básica para a elevação dos gastos públicos é a necessidade do Estado intervir em áreas e situações da economia onde o mecanismo de mercado ou a decisão de alocação individual não é capaz de fazê-lo, como na oferta de bens e serviços públicos como segurança, saúde, educação, certos tipo de infraestrutura urbanas e nacionais e correções de distorções de mercado pela incapacidade das decisões individuais em levar em conta externalidades negativas (poluição, por exemplo) ou explorar externalidades positivas. Pode-se discutir o fato de que saúde e educação podem ser considerados bens privados ou semi-públicos e que portanto uma parte da oferta seja de responsabilidade

privada, mas o ponto da análise que nos interessa aqui é mais agregado.

Fazer a ligação entre indicadores socioeconômicos e as despesas públicas é um tema controverso. É assumir que todos eles fazem parte das metas sociais e que o objetivo do governo – na sua área de atuação – vai muito além do estímulo ao crescimento econômico. É ignorar que (1) existem potenciais efeitos de substituição (crowding-out effect) entre o setor público e o setor privado e que um aumento nas despesas de um pode resultar em uma diminuição das contribuições do outro; é ignorar que (2) as despesas poderiam ter uma finalidade diferente e talvez imensurável, e (3) atribuindo uma importância igual a todos os objetivos. Apesar desta complexidade de múltiplos canais de atuação entre gastos públicos/privados e crescimento e desenvolvimento econômico, a análise agregada fornece pistas importantes para avaliar a qualidade dos gastos.

Em uma perspectiva agregada a relação entre gastos e melhoria dos indicadores de desenvolvimento econômico pode ser observada no gráfico 2. O gráfico faz uma análise comparativa com apenas dois indicadores, as despesas públicas como proporção do PIB e o IDH. Este último serve como indicador representativo de variáveis sociais. Constatamos primeiro que em geral há uma correlação positiva entre o IDH e as despesas públicas. No entanto as despesas públicas têm retorno decrescente. Há também uma linha limite que poderia ser chamada de fronteira eficiente a qual demarca os pontos de menores gastos com os maiores níveis elevados de IDH. Estes pontos pertencem à República Dominicana, Cingapura, Suíça e Estados Unidos. Os demais países com maior nível e gasto público e menor IDH situam-se dentro ou aquém da fronteira. Certamente cada país e cada economia é um caso individual, influenciado por inúmeros parâmetros históricos, geográficos e sociais que os situam numa fase de desenvolvimento diferente. Como pode ser observado no gráfico, O Brasil é um caso de distância grande da fronteira, com um nível de despesas muito alto e um IDH comparativamente baixo, para tal nível de gasto. Além disto, podemos constatar sinais claros de que as despesas da administração pública do Brasil chegaram a um nível de rendimento ineficiente, em que os ganhos sociais e produtividade (renda per capita é um dos componentes do IDH), não acompanham o aumento dos gastos do governo.

Gráfico 2 – Gastos Públicos e IDH



Fontes: IDH: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Mundial. Gastos: Banco Central

De uma perspectiva agregada com base em mais indicadores além do IDH, a eficiência dos gastos públicos, em termos de melhorias dos indicadores de desenvolvimento econômico pode ser vista na tabela 1, ao final, a qual mostra um conjunto de indicadores socioeconômicos, assim como o gasto e a dívida pública do Brasil em comparação a outros países emergentes, industrializados, latino-americanos, asiáticos, europeus e de outras regiões do planeta.

A tabela mostra, primeiramente, o que já é conhecido: a dívida em relação ao PIB no Brasil ainda está longe do nível de muitos países industrializados, mesmo assim, o país tem uma dívida maior do que a maioria dos outros emergentes. A única exceção com uma dívida aproximadamente igual é a Índia. Quanto ao crescimento, o Brasil demonstra taxas não claramente melhores do que os industrializados, porém piores do que muitos emergentes. Olhando para alguns indicadores sociais como o índice de desenvolvimento humano (IDH), a esperança de vida, a taxa de mortalidade infantil, a educação a nível secundário e a distribuição de renda (índice de Gini), o país tem um péssimo resultado comparativamente a outros países.

As piores condições, considerando indicadores sociais, se encontram nos países da América Central (exceto o México, Costa Rica e Panamá). Esses países, porém, dispõem de uma maior margem de manobra pelo lado do endividamento e da intervenção do governo. Os países europeus e outros industriali-

zados demonstram melhores resultados de «performance» social, – mesmo que a sua situação financeira esteja significativamente pior em função da crise de 2008. No entanto é interessante constatar também que a Índia e a África do Sul parecem estar apresentando os mesmos resultados que o Brasil: sucesso moderado em respeito aos objetivos sociais em combinação com um alto nível de endividamento.

Tabela 1 - Tamanho do governo e indicadores de “performance”

		Despesa	Dívida	PIB %aa	Investi- -mento	IDH	Gini
		2012	2012	2005 2012	2012	2012	2010
África do Sul	Brasil	21,5	68,0	3,6%	18,1	0,73	54,7
	Argentina	16,6	47,7	6,7%	21,8	0,81	44,5
	Bolívia	13,5	33,4	4,7%	18,2	0,68	56,3
	Chile	12,1	11,9	4,3%	24,1	0,82	52,1
	Colômbia	16,5	32,6	4,8%	23,5	0,72	55,9
	Equador	13,5	22,2	4,3%	26,6	0,72	49,3
	Paraguai	12,2	11,6	3,8%	14,7	0,67	52,4
	Peru	9,6	20,5	7,0%	27,9	0,74	48,1
	Uruguai	13,6	59,6	5,8%	22,1	0,79	45,3
	Venezuela	12,2	46,0	4,8%	20,3	0,75	44,8
América Central	Costa Rica	17,9	35,3	4,8%	20,2	0,77	50,7
	El Salvador	11,2	55,4	1,8%	14,2	0,68	48,3
	Guatemala	10,7	24,4	3,6%	14,7	0,58	55,9
	México	11,6	43,5	2,5%	22,6	0,78	48,3
	Honduras	16,1	34,4	4,0%	24,3	0,63	57,0
	Nicarágua	8,8	42,7	3,7%	25,4	0,60	40,5
	Panamá	10,5	42,2	8,8%	27,8	0,78	51,9
BRICS	Rep. Dominic	8,1	33,5	6,6%	16,3	0,70	47,2
	Índia	11,8	66,7	7,8%	30,4	0,55	33,4
	Rússia	18,6	12,5	4,0%	22,0	0,79	40,1
Outros emergentes	China	13,7	26,1	10,5%	46,8	0,70	42,5
	África do Sul	22,4	42,3	3,4%	19,2	0,63	63,1
	Cingapura	9,7	111,0	5,8%	24,1	0,90	..
	Filipinas	10,5	41,9	5,0%	19,4	0,65	43,0
	Tailândia	13,6	45,4	3,6%	28,5	0,69	40,0
	Malásia	13,5	55,5	4,8%	25,7	0,77	46,2
	Indonésia	8,9	24,5	5,9%	33,9	0,63	34,0
	Coréia, Rep.	15,8	35,0	3,6%	26,7	0,91	..
Turquia	14,8	36,2	4,4%	20,3	0,72	39,0	

EU fracos	Grécia	17,8	156,9	-1,4%	13,1	0,86	34,3
	Itália	20,1	127,0	-0,3%	17,9	0,88	36,0
	Portugal	18,2	123,8	-0,1%	16,0	0,82	..
	Irlanda	18,0	117,4	1,1%	10,7	0,92	34,3
	Espanha	20,2	85,9	0,8%	19,2	0,89	34,7
Industrializados	França	24,7	90,2	0,9%	19,8	0,89	..
	Reino Unido	21,8	88,8	0,8%	14,4	0,88	..
	Alemanha	19,3	81,9	1,4%	17,6	0,92	28,3
	Suíça	11,2	49,2	2,0%	20,1	0,91	33,7
	EUA	15,7	102,7	1,5%	18,6	0,94	40,8
	Japão	20,5	238,0	0,5%	21,2	0,91	..

Fontes: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Banco Mundial, FMI

Tomando-se o caso brasileiro, o governo está diante de uma escolha alocativa do que fazer com os recursos arrecadados da própria sociedade: preservar programas sociais, conceder subsídios setoriais, manter a estrutura inchada de ministérios e secretarias em todos os níveis, federais, estaduais e municipais, bem como manter a onerosa estrutura do poder legislativo e judiciário, financiar investimento privado via BNDES com recursos do Tesouro Nacional, FAT e outras fontes públicas. Com a elevada carga tributária e atingido um auto grau de endividamento, o Estado *faz-tudo* deve começar a fazer escolhas alocativas baseadas em critérios de maior eficiência em termos econômico (aumento da produtividade e renda per capita) e social (melhoria dos indicadores sociais, como por exemplo distribuição pessoal da renda, IDH e outros), compatível com nível de gastos do governo. Além disto, deve adotar um política fiscal menos discricionária e mais explicitamente contra-cíclica, de forma que durante os ciclos de crescimento o governo possa diminuir consideravelmente sua caríssima dívida pública, como forma de aliviar a carga transmitida às gerações futuras. A atual combinação de elevado gasto e pouco retorno produtivo e social, não apenas está comprometendo a próxima geração formada pelos filhos que já estão nascendo excessivamente endividados, bem como começa comprometer a própria geração atual, na medida em que os gastos sociais não se transformam em aumento da renda per capita, maior produtividade e mais crescimento.



CHAMADA DE ARTIGOS - FEVEREIRO/2014

ECONOMIA PARANAENSE EM PERSPECTIVA

O Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR (PPGDE-UFPR) promoverá um Simpósio sobre as perspectivas de desenvolvimento da economia paranaense sob a ótica de eixos temáticos específicos conforme relação abaixo. Essa iniciativa será desenvolvida no âmbito do Projeto de Pesquisa Economia e Tecnologia (Convênio UFPR - Fundação Araucária).

O objetivo do Simpósio é reunir um conjunto de pesquisadores para debater os rumos e desafios para o desenvolvimento da economia paranaense nos próximos anos levando-se em conta aspectos como organização da estrutura produtiva, concentração regional da atividade econômica, mobilidade e infraestrutura no contexto metropolitano, tendências no cenário econômico nacional e mundial e seus efeitos no Estado, demografia e qualificação da mão-de-obra, infraestrutura e inovação para a competitividade estadual.

A presente chamada convida os pesquisadores para submeterem trabalhos alinhados com os eixos temáticos do Simpósio. Os trabalhos devem versar sobre um desses temas, abordando preferencialmente um breve diagnóstico da situação atual e discussão sobre os desafios e rumos para o desenvolvimento paranaense na perspectiva do tema em questão. Tais trabalhos devem possuir de 15 a 20 páginas e serem submetidos seguindo as especificações da Revista de Economia & Tecnologia. Os trabalhos selecionados para o Simpósio serão publicados em uma edição especial da Revista Economia & Tecnologia (RET). Por ocasião do lançamento da RET estaremos realizando o III Simpósio Economia & Tecnologia, promovido pelo Projeto de Pesquisa, convidando autores para apresentar e debater suas ideias.

Eixos Temáticos:

- Desenvolvimento regional
- Desenvolvimento metropolitano
- Dinâmica macroeconômica nacional e estadual
- Inovação, infraestrutura e competitividade

Prazo para submissão de trabalhos: **30 de maio de 2014**

Período de realização do Simpósio: **11 e 12 de agosto de 2014**

Local: Campus Sociais Aplicadas da UFPR

Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, SCSA Curitiba - PR - Brasil

Mais informação sobre a RET podem ser obtidas pelo e-mail: ret@ufpr.br.

Visite também o site da RET: www.economiaetecnologia.ufpr.br.

Submissões eletrônicas: www.ser.ufpr.br/ret

Desde já, agradecemos o interesse.

João Basílio Pereima & Alexandre Alves Porsse

Universidade Federal do Paraná

